

JOÃO GUSTAVO HENRIQUES  
DE MORAIS FONSECA

**COOPERAÇÃO  
JUDICIÁRIA  
PROCESSUAL**

HISTÓRICO,  
TEORIA E PRÁTICA

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2019

Copyright © 2019 by  
João Gustavo Henriques de Moraes Fonseca

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

F676c

Fonseca, João Gustavo Henriques de Moraes  
Cooperação judiciária processual : histórico, teoria e prática / João  
Gustavo Henriques de Moraes Fonseca. – Rio de Janeiro : Lumen Juris,  
2019.

316 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 259-271.

ISBN 978-85-519-1596-7

1. Cooperação judiciária. 2. Jurisdição. 3. Código de Processo  
Civil de 2015. 4. Democratização. 5. Conselho Nacional de Justiça (Brasil).  
I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

1. Introdução teórico-metodológica .....	1
1.1 Atos concertados entre juízes: a divergência sobre a cooperação processual .....	4
1.2 Aspectos metodológicos .....	13
2. A Cooperação Judiciária: conceito plurívoco .....	19
2.1 A institucionalização da cooperação judiciária como instrumento de administração da justiça .....	19
2.1.1 Resolução n.º 70, de 18 de março de 2009 .....	20
2.1.2 Recomendação n.º 28, de 16 de dezembro de 2009 .....	22
2.1.3 Recomendação n.º 38, de 3 de novembro de 2011 .....	23
2.1.4 Resolução n.º 198, de 1º de julho de 2014 .....	30
2.1.5 Anteprojeto de Resolução do Sistema Nacional de Cooperação Judiciária .....	33
2.2 Princípio da cooperação processual .....	43
2.3 Cooperação judiciária em infraestrutura, cooperação em gestão judiciária, cooperação judiciária em administração e cooperação judiciária por extensão .....	57
2.3.1 SINGESPA/TRT-MG .....	65
2.4 Cooperação judiciária internacional .....	74
2.5 Cooperação judiciária processual .....	82
2.5.1 Cooperação processual endoprocessual e transprocessual .....	86

3. Jurisdição, processo e cooperação processual.....	93
3.1 Jurisdição: do Estado Liberal ao Estado Constitucional.....	96
3.2 Processo: do procedimento uniforme ao procedimento adequado ...	118
3.3 O CPC de 2015 e a flexibilização procedimental: negócios processuais e cooperação judiciária .....	127
4. Cooperação judiciária processual: jurisdição efetiva e processo adequado.....	139
4.1 Cooperação processual: segurança para além da previsibilidade estrita .....	143
4.2 Cooperação processual: princípios e características .....	164
4.2.1 Caso 1: cooperação para a garantia de execuções.....	190
4.3 Cooperação processual: do conflito à conjunção de competências ...	200
4.3.1 Caso 2: conflito entre juízos pertencentes ao mesmo tribunal .	205
4.3.2 Caso 3: concertação de atos entre juízes de ramos distintos.....	209
5. Cooperação e democratização da administração da Justiça .....	219
5.1 Magistraturas: do modelo empírico-primitivo ao democrático-contemporâneo.....	220
5.2 A tendência de democratização da administração da Justiça brasileira .....	230
5.3 Cooperação judiciária: a administração da Justiça horizontalizada.....	242
6. Considerações finais .....	251
Referências .....	257
Posfácio.....	269

<b>APÊNDICE A – Quadros sintéticos sobre os órgãos da Rede Nacional de Cooperação Judiciária .....</b>	<b>275</b>
<b>APÊNDICE B – Quadro sintético sobre a Estrutura e Procedimentos de Cooperação Judiciária Processual.....</b>	<b>279</b>
<b>APÊNDICE C – Imóveis da empresa ré do Caso 1, os processos, os órgãos nos quais tramitam e o registro das gravações sofridas.....</b>	<b>281</b>
<b>APÊNDICE D – Contatos feitos com os juízes de cooperação.....</b>	<b>283</b>
<b>APÊNDICE E – Quadro sintético com os princípios e características da cooperação judiciária e as respectivas previsões normativas .....</b>	<b>285</b>
<b>ANEXO A – Organograma e Fluxograma do SINGESPA/TRT-MG .....</b>	<b>287</b>